



## **ASSOCIAÇÃO JUÍZES PARA A DEMOCRACIA**

Rua Maria Paula, 36 - 11º andar – conj. 11-B – telefone (11) 3242-8018 -  
fone/fax: (11) 3105-3611, CEP 01319-904 - São Paulo-SP - Brasil  
[www.ajd.org.br](http://www.ajd.org.br) - [juizes@ajd.org.br](mailto:juizes@ajd.org.br)

São Paulo, 25 de novembro de 2013.

O ministro Joaquim Barbosa esta com a palavra

A Associação Juizes para a Democracia , entidade não governamental, cujos objetivos estatutários, dentre outros, são: o respeito absoluto e incondicional aos valores jurídicos próprios do Estado Democrático de Direito; a realização substancial, não apenas formal, dos valores, direitos e liberdades do Estado Democrático de Direito; a defesa da independência do Poder Judiciário não só perante os demais poderes como também perante grupos de qualquer natureza, internos ou externos à Magistratura vem à público para :

- a) manifestar sua preocupação com notícias que veiculam que o Presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Joaquim Barbosa, estaria fazendo pressão para a troca de juizes de execução criminal e
- b) requerer que ele dê os imprescindíveis esclarecimentos.

A acusação é uma das mais sérias que podem pesar sob um magistrado que ocupa o grau máximo do Poder Judiciário e que acumula a presidência do CNJ ( Conselho Nacional de Justiça), na medida que vulnera o Estado Democrático de Direito.

Inaceitável a subtração de jurisdição depositada em um magistrado ou a realização de qualquer manobra para que um processo seja julgado por este ou aquele juiz.

O povo não aceita mais o coronelismo no Judiciário.

A Constituição Federal e documentos internacionais garantem a independência judicial, que não é atributo para os juízes, mas para os cidadãos.

Neste tema sempre bom relembrar a primorosa lição de Eugenio Raúl Zaffaroni: “ A independência do juiz ... é a que importa a garantia de que o magistrado não está submetido às pressões do poderes externos à própria magistratura, mas também implica a segurança de que o juiz não sofrerá às pressões dos órgãos colegiados da própria judicatura” ( *Poder Judiciário, Crise, Acertos e Desacertos*, Editora Revista dos Tribunais).

Não por outro motivo existem e devem existir regras claras e transparentes para a designação de juízes, modos de acesso ao cargo, que não podem ser alterados por pressão das partes ou pelo Tribunal.

O presidente do STF tem a obrigação de prestar imediato esclarecimento à população sobre o ocorrido, negando o fato, espera-se, sob pena de estar sujeito à sanção equivalente ao abuso que tal ação representa.

A Associação Juizes para a Democracia aguarda serenamente a manifestação do presidente do Supremo Tribunal Federal.

Kenarik Boujikian, presidenta da Associação Juízes para a Democracia